

A MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA UFRJ SOBRE OS ANOS DE CHUMBO: UMA ENTREVISTA COM ANDRÉA QUEIROZ

Caroline Caldas¹



Foto: Acervo Pessoal

Andrea Queiroz é historiadora na UFRJ e diretora da Divisão de Memória Institucional do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ; também é membro da Comissão da Memória e Verdade (CMV) da UFRJ.

CAROLINE SOARES DE ANDRADE CALDAS: Andrea, primeiro gostaria de agradecer por esse encontro e gostaria de ouvir mais sobre a sua trajetória profissional e como ela se encontra com o tema da justiça de transição?

ANDREA QUEIROZ: Então, começando sobre a primeira questão, vou me apresentar antes de tudo. Sou Andréa Cristina de Barros Queiroz, sou historiadora da UFRJ, diretora da Divisão de Memória Institucional do Sistema de Bibliotecas e Informação da UFRJ na qual coordeno atividades de pesquisa relacionadas à memória da instituição, ao patrimônio, e uma mais específica sobretudo ligada a bolsas de iniciação científica em que eu oriento alunos dos cursos de graduação – especialmente História e Biblioteconomia – da universidade, uma pesquisa específica relacionada à universidade e à ditadura civil-militar. E associada a essa ideia, também

¹ Advogada e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFF.

por conta dessa minha pesquisa, eu também sou membro da Comissão da Memória e da Verdade da universidade, e coordeno a pesquisa histórica na Comissão. Bom, essa questão toda, essa pesquisa em si tem uma grande relação com a minha trajetória profissional, com a minha trajetória de formação. Eu sou historiadora, como falei, tenho minha formação na História da UERJ Maracanã. Tenho mestrado em História Social no Programa de Pós-Graduação em História da UFF, e o doutorado também em História Social no Programa de Pós-Graduação em História Social da UFRJ. Eu tenho na minha trajetória o tema de pesquisa sempre voltado a pensar a ditadura civil-militar no Brasil, especialmente a censura na imprensa alternativa. Eu pesquisei ao longo da minha vida acadêmica o jornal *O Pasquim*. Eu analisei a trajetória desse jornal alternativo durante o período da ditadura. Só que ele extrapolou o período da ditadura, ele existiu para além da redemocratização. Um alternativo que existiu de 1969 a 1991. Então eu trabalho com essa questão da memória sobre o jornal, quais as memórias que os seus jornalistas e que sociedade produziram sobre ele. Então essa é outra temática que eu sempre trabalhei ao longo da minha trajetória, além de ditadura, a questão da memória. As narrativas e as disputas de memória, os silenciamentos em torno do jornal, desse objeto, não somente fonte de pesquisa, mas objeto de pesquisa para mim. No doutorado eu aprofundi essa temática, estudando um jornalista específico oriundo desse jornal que é o Millôr Fernandes que tem uma trajetória vastíssima na imprensa brasileira, passou por todo o processo de modernização da imprensa. Ao mesmo tempo em que tem na sua trajetória uma relação direta com as discussões em torno do que é liberdade de expressão e democracia. Então, a minha pesquisa sempre esteve voltada em torno dessa temática: liberdade de expressão, liberdade de imprensa, a questão da censura, autocensura, ditadura civil-militar e memória.

CSAC – Gostaria de ouvir agora sobre o seu trabalho como coordenadora de pesquisa histórica na UFRJ e o início de seu trabalho de memória institucional.

AQ – Quando eu passei no concurso pra UFRJ, assumi a responsabilidade de pensar o patrimônio, a gestão do patrimônio memorialístico da universidade. E quando eu tomei posse, quando eu entrei para a universidade, ainda não existia a Divisão de Memória Institucional. Foi exatamente com uma série de trabalhos, de pesquisa, análise, levantamento, é que com o tempo eu fui dando a cara a esse projeto que era inicialmente apenas um projeto de memória da instituição, que se originou e tem o protagonismo com o Sistema de Bibliotecas e Informação. Esta ação, que promoveu a primeira análise sobre os acervos e os lugares de memória da Universidade, solicitaram concurso para uma vaga de historiador(a) para desenvolver este

projeto iniciado por eles. E a partir daí eu fui dando também uma cara a esse projeto que se institucionalizou justamente pelo desenvolvimento das pesquisas realizadas e aí conseguimos oficializar a Divisão de Memória Institucional. Após uma série de análises com este projeto inicial, não só sobre o patrimônio da universidade, mas sobre os seus lugares de memória, também comecei a desenvolver o atual tema de pesquisa que é a relação da universidade com a ditadura civil-militar. Sobre este tema tenho desenvolvido análises sobre as disputas de memória na universidade sobre esses diferentes lugares de memória durante a ditadura. A tentativa de fazer um mapeamento desses lugares de memória como a universidade e a sociedade lida com as lembranças e os esquecimentos, essa seletividade sobre a memória da universidade em relação à ditadura. Ao mesmo tempo, também, analisar o comprometimento e o apoio da universidade durante esse período a partir dos seus gestores. E por outro lado, entender também os movimentos de resistência, os movimentos sociais de resistência dentro da instituição. Seja o movimento estudantil ou a força sindical, os movimentos sindicais que, ainda na clandestinidade, começam a se organizar especialmente para o retorno daqueles que foram expulsos ou aposentados compulsoriamente após o AI-5 e com a Lei 477. Então, de certa forma, há um engajamento nessa pesquisa. E por ser membro da Comissão da Memória e da Verdade, que tem como uma das prerrogativas analisar e tentar entender todas as violações de direitos humanos ocorridas na universidade, seja praticada por seus agentes, seu corpo social, ou por indivíduos do governo que estavam ligados à universidade ou não naquele momento. Entender esse processo e essa movimentação interna faz parte desse diálogo, nesse período de redemocratização, para a gente pensar não só essa transição democrática e como ela se processou, mas também na ideia de dever e de memória. É importante a gente entender que se existe de um lado uma força importante na universidade que resistiu e se opôs à ditadura. A ditadura é historiograficamente mencionada como civil-militar porque também existiu um apoio da sociedade civil e um apoio dentro do corpo social da universidade que não era militar. A gente não tem nenhum indicado militar que compôs cargo de gestão na universidade. Ou seja, são todos civis e que tem uma trajetória dentro da universidade, que vão apoiar e colaborar com a ditadura. E por isso é tão eficiente e tão eficaz, porque a gente tem um movimento de patrulha e vigília dentro da universidade pelo próprio corpo social da universidade, muito antes da existência das AESIs (Assessorias Especiais de Informação). Voltando um pouco para falar do início da minha trajetória na universidade, porque eu acho que eu compilei aí vários pontos, mas não enfatizei esse início. Bom, eu sou concursada para a vaga de historiadora. É importante mencionar que depois desse concurso não mais houve concurso para a vaga de historiadora propriamente dita na universidade. Então esse concurso é de 2008 para 2009. Eu assumi em

2009, janeiro de 2009. Eu tenho uma trajetória anterior como historiadora contratada na Fundação Biblioteca Nacional. Então eu tenho uma experiência de muito tempo em trabalhar com acervos raros, com acervos memorialísticos em espaços ligados à biblioteca, em lugares de memória relacionados a uma trajetória também inclusive com coleções de História do Brasil. Então eu tenho uma experiência anterior de muito tempo de pesquisa, não só prática de pesquisa, mas também de docência. Mas na universidade, assumindo cargo de historiadora, sem saber para onde eu seria enviada...essas questões que caem como uma luva, de que nada é por acaso...eu fui, quando assumi, para o Sistema de Bibliotecas e Informação, o SIBI, que coordena a gestão das 45 bibliotecas, compondo-se um acervo vastíssimo, de coleções anteriores à própria instituição, mas também um acervo sobre a instituição. Patrimônio não só bibliográfico. As bibliotecas não possuem só acervos bibliográficos. É importante a gente mencionar isso. Tem bibliotecas de obras raras que a gente tem também patrimônio arquivístico. A gente tem iconografia, cartografia. É importante se ressaltar. Porque são coleções que são doadas e que são vastíssimas. E são múltiplas. Enfim, ao assumir, de imediato, em 2009, às vésperas dos 90 anos da UFRJ, o Sistema de Bibliotecas necessitava da presença de uma historiadora porque a coordenação do SIBI já tinha em mente e incipiente um projeto Memória UFRJ, pensando para além das bibliotecas, um mapeamento dos lugares de memória da instituição. Eles tentaram via edital de fomento, CNPq, CAPES, FAPERJ, não lembro ao certo qual das agências, mas não conseguiram a verba para desenvolver o projeto. Então foi um trabalho interno, mas que precisava exatamente de uma mão-de-obra qualificada técnica para que conduzisse esses processos de pesquisa e levantamentos. Nesse sentido, solicitaram a vaga de historiadora e eu assumi no concurso como eu havia falado. Então um dos meus primeiros trabalhos foi literalmente dar continuidade a um projeto que já existia, iniciado pela Paula Mello, coordenadora do SIBI, inclusive com a contribuição do Antônio José Barbosa de Oliveira que hoje é professor do curso de Biblioteconomia. Naquele momento o cargo dele na universidade era Auxiliar Administrativo, ele estava lotado no SIBI como Auxiliar, mas tinha uma formação em História. O que muito acontece na universidade, pessoas que têm uma formação em uma determinada área, mas seus concursos são para outros cargos. Enfim, aí nesse sentido, ele naquele momento também estava deixando o SIBI para tentar o concurso de professor, e havia uma necessidade de dar continuidade a esse trabalho. Com isso, aproveitando um trabalho que já havia começado, eu só dei continuidade a essa ideia de pensar os lugares de memória. A partir daí, dialogando com esse trabalho anterior, eles perceberam que, para pensar a universidade, não só os lugares de memória, era importante dar conta de quem pesquisava o quê dentro da universidade. E foi quando eles começaram a fazer esse mapeamento a partir dos

seminários “Memória, Documentação e Pesquisa”. Um seminário que hoje já é consagrado, organizado pela Divisão de Memória Institucional do SIBI. A gente tem aí 11 anos desse seminário, indo para 12 anos. Com isso, a gente tem um processo de entender a universidade não só a partir dos seus membros e do seu corpo social, mas também de seus acervos. Só para retificar: não são 12 anos não, são 13 anos. Porque o primeiro seminário “Memória, Documentação e Pesquisa” data de 2007. Então a gente completou 13 anos, porque ele é sempre realizado na data de comemoração da universidade, no 7 de setembro. Dessa forma, a gente sempre vai pensar a memória nesse sentido, dessa efeméride. Então o próprio Sistema de Bibliotecas tomou para si a responsabilidade da memória institucional. Ou seja, esse protagonismo do Sistema de Bibliotecas fez com que, por conta disso, a Divisão de Memória Institucional estivesse subordinada a ele, e não diretamente à Reitoria, como em algumas universidades acaba acontecendo. Já que é memória institucional, é um espaço que fica ligado diretamente à reitoria em outras universidades. O Sistema de Bibliotecas abarca todas as unidades da instituição, todas as decanias. Dialogando com as unidades a partir das decanias, a gente conseguiu fazer esse mapeamento. E pensando, inclusive, ainda nos 90 anos da universidade, participando lá das primeiras exposições. Com o desenvolvimento desse trabalho, a gente conseguiu participar na universidade de alguma maneira assessorando tecnicamente nas comemorações das unidades. E com o desenvolvimento desse projeto, a gente foi alimentando a página da Divisão de Memória, ela foi sendo reorganizada. A gente foi também fomentando outros canais de comunicação, com a chegada das redes sociais, do *Facebook*, mais recentemente do *Instagram* da Divisão de Memória. A gente foi trabalhando também essa questão da divulgação científica. Então para não se perder na narrativa, é o seguinte: o Sistema de Bibliotecas e Informação começou esse projeto anteriormente com editais de fomento, ainda lá atrás em 2003, mas sem conseguir êxito. Em 2006 fizeram um trabalho de pensar a memória das bibliotecas. Aí organizaram o seminário “As bibliotecas contam sua história”, em que ouviram relatos das antigas bibliotecárias sobre esses acervos, mas efetivamente o pontapé inicial começou no primeiro seminário “Memória, Documentação e Pesquisa” em 2007, que é o primeiro, com a temática “A universidade e os múltiplos olhares sobre si mesma”, onde tem o livro, que hoje está disponível tanto no Pantheon, o repositório institucional da universidade, quanto na página da Divisão de Memória. E os dois seguintes seminários foram “A universidade e seus lugares de memória”, em 2008 ainda coordenada essa atividade pelo Prof. Antônio José Barbosa. Em 2009, quando eu ingressei, foi quando eu assumi, e aí o projeto começou a ser tocado por mim. Ele ainda participou, por conta de ter obviamente tido trabalho anterior ao meu. Então a gente publicou junto, não só realizou junto o seminário, mas publicou junto o

livro. E a partir daí, a cada ano, os seminários “memória” foram exatamente para desenvolver temáticas sobre a universidade. E além dos seminários, a gente faz as exposições comemorativas. Em alguns anos em que a gente tem uma grande temática, uma efeméride muito grande, a gente não faz seminário e se dedica propriamente à exposição, como foi o caso dos 90 anos, ou quando a cidade do Rio de Janeiro completou 450 anos, foi comemorada a partir dos acervos das bibliotecas. A gente fez a exposição “Os 450 anos do Rio de Janeiro narrados pela biblioteca da UFRJ”. A gente também fez outras exposições concomitantes também aos seminários. Portanto, tem ano que a gente faz só exposição, mas tem ano que a gente faz a exposição junto com o seminário. A gente fez a exposição “O patrimônio histórico edificado da UFRJ”, em 2013, que foi um ponto importante para a gente pensar esse patrimônio tombado. A gente chamou outras esferas institucionais, federais e estaduais, que fomentam a preservação do patrimônio. É importante esse diálogo, esse seminário é importante para isso, para a gente ouvir também outras experiências de outras instituições, e daquelas instituições de fomento. E atrelado a isso, eu comecei a conduzir as pesquisas ainda lá atrás pensando os 90 anos e depois quando acabou as comemorações dos 90 anos, pensando já o centenário – isso há 10 anos atrás, em 2010 – eu comecei através dos editais de fomento a pesquisar a trajetória da UFRJ na imprensa, editais como PIBIC e PIBIAC, foram imprescindíveis para desenvolver as pesquisas. Seleciono estudantes de graduação da UFRJ prioritariamente de História e Biblioteconomia, até porque eu faço essa atividade, mantenho o grupo de pesquisa para as discussões, os debates, não só contextualizando, referências bibliográficas e ao mesmo tempo análise das fontes pesquisadas a partir do encontro semanal com esses alunos. A partir daí, a gente começou a fazer um levantamento sobre as notícias de jornais na hemeroteca, na grande imprensa, um acervo da hemeroteca virtual da Biblioteca Nacional, em que apareciam na grande imprensa notícias sobre a UFRJ. Isso é de uma grande utilidade para a gente em vários momentos. Não só para as efemérides. Obviamente a gente tem utilizado essas informações para confrontar fontes de pesquisa e o trabalho sobre essas fontes, agora com a pesquisa sobre a UFRJ e a ditadura. Enfim, a partir desse trabalho da UFRJ e a relação com a ditadura, eu fiz uma primeira grande exposição que foi em 2014, nos 50 anos do golpe. A partir daí, outra exposição foi realizada em 2018. Na verdade, ela foi pensada e organizada em 2018, mas só foi inaugurada em 2019. Porque a intenção era fazer uma análise do AI-5 de 1968 até o Decreto-lei 477 que é de fevereiro de 1969. Então a gente, na verdade, estava pensando o sentido de comemorar, de refletir no presente sobre esse passado, refletir sobre esses dois momentos, esses dois eventos – AI-5 e Lei 477 – e como interferiram demais na vida da universidade, na questão do esvaziamento cultural, social, político, acadêmico, científico e tecnológico inclusive, porque

tivemos perdas não só das mentes, dos indivíduos que estavam ali produzindo pesquisa, mas que conduziam esses laboratórios e orientavam novas pesquisas. Então se tivemos um fomento à pesquisa no período por conta de uma modernização conservadora durante a ditadura em que os programas de pós-graduação da área tecnológica foram desenvolvidos, mas os seus docentes e pesquisadores que desenvolviam tais pesquisas importantes não estavam mais na universidade. Então é uma grande reflexão também sobre isso. As exposições são fruto dessas pesquisas. O acervo pesquisado não foi só na universidade, mas no Arquivo Nacional, no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, na própria hemeroteca da Biblioteca Nacional. Em que a gente disponibilizou nessas exposições não só o material iconográfico, mas um *QR Code*, atrelando também um debate sobre essa pesquisa que foi desenvolvida. Ou seja, não só a metodologia da pesquisa, mas uma reflexão sobre essa pesquisa. Ao visitar a exposição, você não tinha acesso apenas à fonte que estava ali sendo exposta, mas à pesquisa propriamente dita. E aí fizemos questão...porque a primeira exposição de 2014, relacionada à ditadura, ficou exposta no átrio do Palácio Universitário. Mas a segunda exposição já foi no Espaço Jesse Jane que a Divisão de Memória teve uma importante atuação. É um espaço de exposição de arte e cultura e sociedade da decania do CFCH, dá o nome a uma professora que foi presa política e depois retornou para a universidade, foi perseguida, e entrou para a universidade pós-anistia, naquele processo de retorno dos professores exilados, ou melhor, dos professores expulsos. Então é um lugar da instituição que homenageia a uma personalidade da instituição que foi perseguida pela ditadura. Era importante a inauguração da exposição neste espaço para dialogar também com esse contexto. E a abertura da exposição com os debates aconteceu no salão ao lado que quem dá o nome ao auditório é o professor Manoel Maurício, também professor do Instituto de História, assim como Jesse Jane, também foi perseguido politicamente, teve sua aposentadoria compulsória decretada pós-AI-5, e depois retornou para a universidade. Enfim, temos aí ícones da universidade relacionados ao curso de História. Nesse levantamento, nesse trabalho que a gente vem fazendo, obviamente não tem só professores originários da História, ou da Faculdade Nacional de Filosofia. Tem muitos professores de outras unidades que também foram perseguidos politicamente, considerados subversivos, ou por seu engajamento social e político no Partido Comunista ou por terem relações com pessoas ligadas politicamente a movimentos sociais.

CSAC- Quais são as dificuldades para o desenvolvimento dessas atividades?

AQ - Sobre as dificuldades eu não posso reclamar de ausência de autonomia. Eu tenho bastante autonomia para produzir as pesquisas na universidade, tenho incentivos. A questão mesmo é a manutenção e a contínua divulgação desse trabalho, e é importante não só nas redes sociais, e às vezes a gente consegue até se comunicar melhor fora da universidade, instituições que já conhecem o nosso trabalho. Às vezes tem instituições que conhecem mais do que pessoas dentro da própria universidade. Eu sei que eu tenho um diálogo hoje concreto tendo estabelecido 11 anos na instituição, e a consolidação do trabalho, cada vez mais participando de vários espaços dentro da instituição, tanto que hoje, além de ser membro da Comissão da Memória e da Verdade, eu também sou membro, participo do Plano Diretor 2030, estou no grupo de trabalho de patrimônio e cultura, então eu fui convidada a participar. Isso é importante, o desenvolvimento e o reconhecimento do trabalho que eu venho desenvolvendo, para poder participar inclusive, sou convidada a participar dessas comissões. Em termos de espaço dentro da instituição para eu produzir, eu não tenho do que me queixar, eu consigo produzir bastante e tenho mantido um diálogo. É claro que isso foi com um tempo. No início eu era realmente desconhecida da universidade, apesar de ter sido estudante, então eu tinha diálogo maior, óbvio, com minha unidade de origem de formação, que foi o PPGHIS, o Programa de Pós-Graduação em História, em que alguns professores – não todos – já conheciam o trabalho que eu estava desenvolvendo. Porque quando eu entrei para a universidade, eu ainda era doutoranda do PPGHIS. Então eu desenvolvi minha pesquisa de doutorado concomitante às pesquisas que eu estava desenvolvendo já naquele projeto “Memória UFRJ” que em 2011 se consagrou. É até interessante que no mesmo ano que eu defendi meu doutorado houve a institucionalização da Divisão de Memória Institucional. E aí no desenvolvimento desse processo a gente tem crescido na instituição, tem estabelecido um diálogo com várias unidades para prestar também assessoria técnica no que se refere à memória da instituição ou da unidade. Com isso é importante se ressaltar que tem um outro trabalho que a gente desenvolve que é um trabalho de história oral, organização de um acervo de história oral, que começamos exatamente com a gestão da universidade. Então fizemos um trabalho sobre a memória oral dos reitores da universidade, porque é importante a gente entender a gestão desses reitores, por conta inclusive de não ter nenhuma galeria de reitores. Virtualmente a gente tem um espaço em que nomeia a gestão de cada reitor, mas sem as suas trajetórias. Mas, enfim, não temos uma galeria, até agora pelo menos. Portanto, esse inclusive é o nosso projeto para o centenário da UFRJ. A Divisão de Memória Institucional está organizando a Galeria de Reitores da Universidade. Também sou membro da Comissão dos 100 anos, e um dos trabalhos e legados que eu estou coordenando é essa Galeria dos Reitores, a Divisão de Memória está fazendo a trajetória de cada reitor, se

utilizando um pouco dessa memória oral que a gente já vem trabalhando, mas também uma relação com a biobibliografia, em que trabalhamos a questão da trajetória científica também, não só a trajetória do indivíduo político, social, cultural, mas o legado dele de produção científica na instituição, a partir de suas obras que estão disponíveis na base Minerva.

CSAC – Gostaria que falasse sobre a Comissão da Verdade da UFRJ.

AQ – A Comissão da Memória e da Verdade da UFRJ se iniciou em 2013, seguindo de certa forma as diretrizes, as recomendações da Comissão Nacional da Verdade, que é de 2011. Em 2013 foi a primeira gestão. A Comissão da Memória e da Verdade está na sua terceira gestão. Eu não ingressei ainda nessa primeira gestão. Eu ingressei apenas na segunda gestão. A primeira gestão, a coordenação da comissão estava com o professor Marco Aurélio Santana, do IFCS. A segunda gestão com o professor Carlos Vainer do IPPUR. E agora a terceira gestão, com o professor José Sérgio Leite Lopes, do Museu Nacional. Então o que eu tenho a dizer é o seguinte: eu já vinha desenvolvendo pesquisas sobre a relação da UFRJ com a ditadura antes mesmo da institucionalização ou da criação da Comissão da Memória e da Verdade. Só que apesar disso, em nenhum momento eu tinha sido convidada para fazer parte. Também aquela questão que se sobressai na universidade, que em muitas dessas comissões e que está mudando, com a mudança do corpo técnico da universidade, o corpo técnico altamente qualificado, não só tendo graduação, mas tendo mestrado, doutorado, desenvolvendo pesquisas. Mas majoritariamente, na maior parte dessas comissões, o corpo social que predomina, aquele que está à frente dessas comissões é a categoria docente. E muitas vezes desconhecem o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos técnicos, a não ser que o docente trabalhe diretamente com o técnico. Então, o corpo técnico durante muitos anos, não só foi desprestigiado, mas também não teve seu reconhecimento como pesquisador da universidade, como um servidor da educação, assim como os docentes. Enfim, com isso, eu me convidei a fazer parte da Comissão da Memória e da Verdade, enviei um e-mail dizendo o que eu já fazia de pesquisa, e que eu gostaria de participar, mesmo que fosse como ouvinte, mas que eu gostaria de participar das reuniões da Comissão da Memória e da Verdade. Nesse processo eu fui convidada para participar, e por conta de já desenvolver uma pesquisa história sobre isso, e coordenar a orientação de alguns alunos sobre essa temática, eu fui convidada a participar também. Eu coordenei os bolsistas de iniciação científica que estavam ligados à Comissão da Memória e da Verdade. Com isso eu dei continuidade aos trabalhos que eu já vinha desenvolvendo. Eu apenas uni esses dois grupos, os meus orientandos da Divisão de Memória que trabalhavam com essa

temática, junto com os novos orientandos que eu fiz a seleção que estavam na Comissão da Memória e da Verdade. Participavam todos juntos do mesmo grupo de pesquisa, e assim coordenei um trabalho de levantamento na grande imprensa sobre notícias da universidade que saíram nesse período da ditadura. Além disso, o trabalho de pesquisa que já vinha sendo feito nos arquivos tanto no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) quanto no Arquivo Nacional, desse material iconográfico que também foi utilizado nessas exposições. Bom, aí nesse processo, é importante também entender que essa pesquisa vai gerando frutos, e eu acabei orientando alguns desses alunos nos seus TCCs. Então é importante também o incentivo a essa iniciação científica por conta disso. Os alunos acabam se voltando e conhecendo o acervo da instituição e é a oportunidade de desenvolverem seus TCCs. Mas como eu não estava ligada a essas unidades, eu oficialmente não podia assinar como orientadora, apesar de ter orientado. Essa é uma outra questão, o técnico poder orientar as pesquisas, e assinar nessas unidades. Eu acabei assinando como co-orientadora, apesar de ter orientado propriamente dito.

CSAC – Poderia falar sobre as dificuldades em participar de uma Comissão da Verdade no contexto político presente?

AQ – Bom, sobre as atividades de pesquisa no contexto atual, o que eu percebo é o seguinte: a necessidade cada vez maior da gente pesquisar. A primeira dificuldade é porque se encerrou a bolsa com o pessoal da comissão, para os alunos de graduação, bolsas de iniciação científica da Comissão da Memória e da Verdade, porque tinha um prazo para existir, era um ano e meio, ela encerrou e não conseguimos, obviamente, com o corte de verbas, não conseguimos bolsas para desenvolvermos pesquisas com os estudantes. Então, no momento atual estamos sem estudantes de graduação, de iniciação científica. Mas as pesquisas estão sendo desenvolvidas pelo grupo, pela comissão propriamente dita. E como eu continuo desenvolvendo essa pesquisa com os meus orientandos da Divisão de Memória, que, por sinal, também perdi algumas bolsas. Porque eu tinha duas bolsas PIBIC, duas bolsas PIBIAC, agora só estou com uma bolsa PIBIC e uma PIBIAC sob a minha coordenação na Divisão de Memória. Então de certa forma eu continuo a demanda da pesquisa, e tudo que eu pesquisar para a Divisão que está relacionada à ditadura, obviamente vou contribuir para a pesquisa na Comissão da Memória e da Verdade. E atrelado a isso, também estou desenvolvendo outro projeto de pesquisa ligado a um projeto de pós-doutorado que estou escrevendo. Eu acabei de terminar o projeto agora, vou submeter ao programa de pós-graduação da História da UFRJ, com a supervisão da professora Marieta de Moraes Ferreira, que inclusive foi minha orientadora no doutorado. Então, com o

desenvolvimento da pesquisa do pós-doutorado tenho a intenção de analisar as disputas de memória na universidade durante a ditadura civil-militar, com isso, analisando os lugares de memória, as comemorações e esses sujeitos que fazem parte da instituição, e tentar entender exatamente como a universidade lidou com essas memórias. Não só a universidade, como a sociedade apresenta essas disputas a partir de seletividades, e como a universidade entende esse processo a partir de seus lugares de memória, ora homenageando aqueles que apoiaram a ditadura a partir de figuras centrais na gestão da universidade, ora também homenageando depois do período de redemocratização, com a justiça de transição e a ideia do dever de memória, como a universidade lidou com essas memórias a partir disso, homenageando espaços dentro da universidade com o nome desses que foram perseguidos políticos. Enfim, mas não só isso, ao percorrer os prédios da universidade, a gente tem também as efemérides. As efemérides da ditadura, prédios inclusive que não existem mais, só estão na memória propriamente dita, como o prédio da Faculdade de Medicina, que houve um dos primeiros grandes confrontos pós-golpe, em 1966. Foi emblemático porque foi o primeiro grande confronto dentro das dependências da universidade pós-golpe, que foi a invasão da Faculdade de Medicina, lembrando que este prédio não existe mais, foi derrubado em 1975 pela ditadura. Outros momentos, outros espaços da universidade foram invadidos, mas esse é o primeiro em que inaugura esse processo de ação direta nos corpos, na violação dos direitos humanos dentro do espaço acadêmico na nossa instituição.

CSAC - O mapeamento das narrativas em disputa sobre a ditadura na UFRJ sobre a ditadura militar passa pelo corpo discente, docente e conta com a inclusão da categoria dos técnicos nesse escopo. Os atores envolvidos com o apoio e denúncia de seus colegas perseguidos e prejudicados também faz parte desse trabalho?

AQ - Apesar da universidade não ter uma política sobre a valorização da sua memória institucional ao longo do tempo, ela tratou de homenagear esses perseguidos ou aqueles que tiveram seus direitos humanos violados a partir de homenagens e celebrações, placas e tudo mais. Então, assim, podemos parar para refletir que o Brasil como um todo, não teve um processo de dever de memória... nosso processo de transição foi muito tardio, e na universidade não seria diferente, mas ainda assim temos momentos pontuais na instituição em que percebemos esse dever de memória. Como foi o caso da celebração dos 40 anos do ocorrido em 1966. Em 2006, houve uma homenagem a esses estudantes que foram perseguidos, que foram violentados dentro do espaço da universidade. Nesse projeto que mencionei também tentarei

entender como a universidade lida com essas políticas de memória, que muitas vezes pode partir institucionalmente da própria reitoria ou não, de unidades ou mesmo de um grupo ou de indivíduos, ou do movimento sindical, como foi a importante participação da Associação dos Docentes da UFRJ (ADUFRJ) na campanha para reintegração de todos aqueles professores que foram cassados. O que podemos perceber inclusive na importância da Comissão da Memória e da Verdade é que os movimentos sociais para a reintegração dos docentes foram muito ativos, mas ainda não temos na memória da instituição trabalhos relacionados aos técnicos. Há uma carência muito grande em pesquisas sobre os técnicos durante a ditadura. É minha intenção pensar sobre o corpo técnico também, mas sabendo que há uma ausência também de documentação sobre esse corpo social, porque sobre a ação dos professores que foram perseguidos já existem algumas pesquisas desenvolvidas, mesmo que não de todos, há dossiês sobre cada um deles no acervo do Arquivo Nacional, mas sobre o corpo técnico ainda é muito escasso... e com pesquisas ainda incipientes, mas como sempre essas lacunas precisam ser preenchidas com pesquisa, mas reforço que isso se deve pela ausência de documentação encontrada. Ou escassez. Ou a supressão da documentação. Porque no caso das atas do Consuni, temos uma grande lacuna por volta de 1966 a 1973, período emblemático dessa perseguição política, sobretudo do período pós-AI-5. Por essas atas do Consuni, por exemplo, poderíamos saber inclusive a perseguição sobre o corpo técnico. Além disso, não foi encontrada até hoje a documentação dos agentes das ASIs e AESIs na UFRJ, ou seja, da Assessoria Especial de Informação ligado ao governo que ficava numa sala ao lado do gabinete da reitoria, com indivíduos ligados às ASIs e às AESIs, na patrulha e vigília do corpo social da universidade. E exatamente nessa documentação que a gente poderia ter vestígios sobre a perseguição ao corpo técnico ou daqueles técnicos que colaboraram e apoiaram a ditadura. Então assim, pela ausência de documentação, fica muito difícil entender essa dinâmica de quem colaborou e de quem resistiu no corpo técnico e na universidade. A gente tem sim o trabalho de história oral, de um corpo técnico que resistiu, mas aqueles que colaboraram, a gente ainda tem que fazer um mapeamento. Lembrando: se de um lado existiram aqueles – sejam docentes e técnicos – que resistiram, por outro houve aqueles que apoiaram e colaboraram com a ditadura, por isso mesmo, a ditadura é civil-militar. Então é importante realizar esse mapeamento. Um levantamento de diferentes fontes, para tentar entender esse grande escopo de pesquisa. Também é importante ressaltar que a Comissão da Memória e da Verdade trouxe também um componente de um dever de memória, de reparação, para os estudantes. Por quê? Porque as campanhas de reintegração dos docentes aconteceram inclusive a partir do sindicato, da formação do ADUFRJ, como eu falei. Muitos estudantes que foram perseguidos e expulsos, especialmente pela Lei 477, apesar de ela não

existir mais, muitos estudantes não conseguiram retornar para a universidade com suas matrículas anteriores. Porque deu como abandono de curso, ou obviamente, é como se não existisse mais... a oportunidade deles retornarem... foram indeferidos os seus retornos, apenas fazendo um novo vestibular já na redemocratização, ou seja, não recuperariam as suas matrículas originárias. Se eles fizessem um novo vestibular e passassem, poderiam reingressar na universidade. Mas com a Lei 477 mesmo que fizessem outro vestibular, não poderiam acessar a universidade porque era proibido o retorno à universidade durante um determinado período. Mas não tendo mais a 477, alguns – nesse pós-anistia – não conseguiram retornar. Apenas por vestibular. E com a Comissão da Memória e da Verdade, tivemos o primeiro caso emblemático, que gerou uma jurisprudência, que é o caso do aluno Jaime Santiago, que cursava o curso de História. Em 1971 ele foi expulso, enquadrado na Lei 477. Ele tentou retornar para a universidade em 2003, mas não conseguiu. Foi indeferido o processo dele. E só apenas em 2015, ele procurou a Comissão da Memória e da Verdade, que montou o dossiê. Ele conseguiu retornar para a instituição pela ação da CMV. É importante entender também que há uma série de diferenças no que se refere ao dever de memória e justiça de reparação nas categorias sociais dentro da universidade. E eu diria o seguinte: quanto mais a gente tem um negacionismo histórico e a tentativa de reescrita da história por forjamentos na conjuntura atual... é por isso que cada vez mais a gente precisa continuar estudando e pesquisando esse tema. Para que a gente não só pesquise, mas para que faça o trabalho não só de comunicação científica, mas de divulgação científica. E aí a importância da atuação nas redes sociais. Atualmente não só a Divisão de Memória Institucional, mas a própria Comissão da Memória e da Verdade vem atuando nas redes sociais, com a divulgação de análises de fontes e de *lives* temáticas. Ressalto que essa divulgação científica já era realizada anteriormente com os seminários Memória, Documentação e Pesquisa como já falei, mas ainda assim, apesar da participação nos seminários não ser restrita, era aberta ao público, mas acabava que quem participava era um corpo social ainda ligado às pesquisas acadêmicas. Mas com a abertura das *lives* para a sociedade em geral e com as demandas de divulgação científica nas redes sociais a partir do Instagram ou do Facebook da Comissão e da Divisão de Memória, também fazemos com que se dissemine essas pesquisas para toda da sociedade. Por exemplo, na Divisão de Memória eu atuo em duas frentes: uma sobre a universidade propriamente dita, e aí celebrando os 100 anos a gente vai trabalhando a UFRJ em décadas, o contexto histórico da instituição, fontes históricas e acervos da instituição, a análise das políticas públicas de educação dos governos e da universidade. A outra demanda são os lugares de memória da instituição, sejam as bibliotecas, os museus e os arquivos, mas também das suas efemérides. Ao divulgar as nossas pesquisas e os acervos da

UFRJ nas redes sociais realizamos uma divulgação científica para a sociedade, apesar de ser na forma mais breve, mas sem perder o conteúdo formal, no sentido de uma análise, de uma metodologia na área da História, meu campo do conhecimento. Assim, fazendo com que o grande público tenha acesso a essas pesquisas, às fontes e às análises. E para quem quiser se aprofundar, existem nos textos referências bibliográficas e de fontes e um canal de comunicação comigo e com a minha equipe. Isso é importante também para ampliar os nossos horizontes de expectativas com relação ao acesso a outras pessoas que estão extramuros da universidade. Esse é o trabalho inclusive da ideia de História Pública que a gente vem atuando. Bom, falei muito da minha atuação como pesquisadora da área de história, mas sobre a minha atuação como servidora técnica em Educação, também me preocupo em promover um trabalho junto dos servidores da Universidade, com uma formação continuada para que os servidores, sejam técnicos ou docentes, conheçam a História da UFRJ e seu Patrimônio. Esta perspectiva também foi abraçada pela PR4, com o programa de acolhimento dos novos servidores que entram na instituição, neste curso sou responsável por trabalhar a história da UFRJ, os acervos, os lugares de memória. Esqueci de mencionar essa parte lá no início. Isso é uma demanda que começou desde a gestão do professor Leher, e foi continuada na gestão da professora Denise, e só houve uma interrupção agora, porque com a pandemia não tivemos nenhum curso, até porque não tivemos a entrada de novos servidores. Os novos servidores, os últimos, entraram no início desse ano se não me engano. E também porque os últimos concursos daqui a pouco vão caducar, se já não caducaram, só pesquisando, então teremos um período de escassez de novos concursos, de acordo com as políticas para as Universidades do presidente da República atual. Retomando a minha fala sobre os lugares de memória, e unindo a minha atuação tanto na Comissão da Memória e da Verdade, quanto no GT de Patrimônio e Cultura do Plano Diretor da UFRJ - 2030, é fazer um mapeamento dos lugares de memória da universidade pra tentar fazer um museu de percurso na instituição. No caso da Comissão, é entender esses lugares de memória da ditadura. E no caso do plano diretor, todos os lugares de memória da instituição, ou seja, a Universidade como um todo. Enfim, e atrelado a isso, também um trabalho de história oral das unidades, não só história oral, mas história das unidades. E aí promovendo um curso de capacitação, realização de núcleos de memória. Essa é uma outra proposta que a Divisão de Memória tem intenção de formalizar. A realização de núcleos de memória, coordenado pela DMI, nesse sentido, para dar um suporte técnico. Cursos de formação continuada, mas congregando aí as expertises, claro, em determinadas áreas do conhecimento que já tem um trabalho direto com a memória... esse processo inclusive já vem sendo feito, porque às vezes muitos professores acabam guardando, preservando o que é produzido pela memória da

unidade. Mas em outros isso não existe. Então a intenção é justamente dar conta desse processo, como um todo, mas respeitando as singularidades, e obviamente autonomia de cada unidade. Mas tendo um parâmetro comum de como preservar, como guardar, e aí a guarda fica na unidade ou em algum lugar de memória existente dessa unidade. A questão toda é o incentivo ao trabalho de história oral nessas unidades. A importância dessas fontes orais. E talvez nesse mapeamento dessas fontes orais, a gente inclusive consiga fazer um mapeamento desses técnicos que tiveram participação na resistência à ditadura, ou na relação de colaboração. A intenção obviamente não é ser juiz da história, nem é essa a intenção, mas é analisar e entender nossa própria história. Obviamente, temos uma longa trajetória, hoje centenária, e precisamos entender a universidade como um ente político em diferentes contextos históricos. Eu me dedico, sobretudo, ao período de estudo da ditadura civil-militar, mas temos pesquisas para serem realizadas em outros momentos: tanto autoritários, ditatoriais, como o Estado Novo, ou até mesmo em períodos democráticos, em que tivemos uma atuação autoritária sobre a universidade. A exemplo do governo de presidente Fernando Henrique Cardoso que nomeou o terceiro colocado, que era o professor Vilhena, como reitor da universidade gerando uma grande crise e uma longa greve. Então, demandamos de pesquisas sobre a gestão da universidade propriamente dita. Por isso que são muitas frentes abertas de pesquisa e de análise. É importante que as unidades sejam parceiras nesse processo.

CSAC – Entre as atitudes adotadas pela UFRJ no período do regime militar, houve a adoção do 477 para expulsão dos alunos e do AI-5 primordialmente aplicado ao corpo docente. Poderia citar outras formas de arbítrio desse período? Mais alguma norma interna da universidade?

AQ – Bom, pra falar sobre os mecanismos de atuação, de cerceamento, controle, vigília e expulsão, os mais conhecidos que são notórios por parte do governo são realmente o AI-5 e a Lei 477, mas anteriormente na própria instituição... e com isso podemos entender como o corpo social da universidade apoiou a ditadura, usando mecanismos internos, seus regimentos internos, seus códigos disciplinares já faziam uma movimentação de suspensão, de punições em seu corpo social...especialmente aos alunos, mas também teremos casos de docentes em que houve a aplicação dessas sanções. Tanto que os primeiros professores que foram presos, como, o professor José Leite Lopes, professor Isnard Teixeira. Em abril de 1964, o Isnard Teixeira e o Plínio Sússekind foram imediatamente presos nesse processo. Logo depois, em agosto desse mesmo ano, o professor José Leite Lopes (pai do professor José Sérgio Leite

Lopes, atual coordenador da CMV). Depois eles foram soltos, e retornam para a instituição. Na sua maioria, quase todos os professores que ainda permaneceram e não foram sendo expulsos ao longo dos AI-1, AI-2, AI-3...foram efetivamente expulsos da universidade com a aposentadoria, uma forma de eufemismo não falarem em expulsão e sim uma aposentadoria compulsória pelo AI-5. Então até mesmo aqueles que foram expulsos em 1969, foram enquadrados no AI-5. Por isso que poucos professores foram enquadrados no 477, porque a maioria já havia sido caçada. A chamada “operação de limpeza”. Havia uma vigília, uma patrulha, e comissões de investigação sobre a universidade antes mesmo do golpe. Então, temos os casos de inquérito policiais militares desde 1962. Em 1962 e em 1963, já havia listagens sendo realizadas, e inclusive por servidores da universidade, por docentes inclusive. Como o emblemático caso do professor Eremildo Viana, na Faculdade Nacional de Filosofia e depois IFCS, que listou 44 nomes supostamente considerados subversivos ou ligados ao Partido Comunista, alguns desses nomes apareceram na lista dos aposentados de forma compulsória em 1969. Ou seja, dos nomes que ainda permaneceriam na universidade com o AI-5 foram expulsos. E ao longo desse processo, e especialmente com o Decreto-lei 477, não quer dizer que o AI-5 não tenha expulsado aluno, é porque com o 477 é como se fosse literalmente o AI-5 das universidades, ele vai delimitar exatamente a atuação. O que pode, o que não pode, e quais são as penas, as sanções. Então, como eu estava dizendo, antes do AI-5 e do 477, tivemos o código disciplinar 135 na universidade, pesquisado inclusive por uma aluna da instituição numa dissertação de mestrado no Serviço Social, Adriana Silva. Ela pesquisou exatamente a quantidade de alunos expulsos e por quais meios foram expulsos da universidade, ou sofreram sanções na universidade. Ela fez um levantamento minucioso desses estudantes e desses códigos da instituição e desse aparato burocrático, dessa legislação arbitrária. Dessa forma, também fizemos o levantamento de pesquisas já produzidas na instituição. Tentando consagrar aí pesquisas que já foram feitas anteriormente pelo nosso banco de teses e dissertações da universidade, nosso Pantheon. Enfim, é um aparato grandioso de pesquisa, não podemos esquecer que além dessa perseguição aos indivíduos, também houve a perseguição à própria produção do conhecimento, como censura às bibliotecas universitárias, como censura às ementas dos cursos que estavam sendo desenvolvidos. Houve vários mecanismos de cerceamento. Para dar conta desse estudo, é necessário entender que é uma pesquisa contínua. Como eu falei aqui sobre a questão da documentação, da inexistência de pesquisa sobre determinados objetos. Então, é importante frisar isso. Diante - inclusive - de todo esse negacionismo histórico que temos enfrentado, é necessário que essas pesquisas sejam

estimuladas e continuadas, não só a partir da instituição, mas que a gente estimule os estudantes a pesquisarem em seus TCCs.

CSAC – Andrea, queria agradecer por esse encontro, por esse momento de nossa entrevista e para finalizar se você gostaria de complementar algum ponto, salientar algum aspecto ou levantar algo que não foi falado até agora?

AQ – Imagina, eu quem agradeço especialmente a oportunidade de divulgar o meu trabalho como historiadora da Universidade, de divulgar a Divisão de Memória Institucional, e desejo que muitos outros projetos, parcerias, apoios e pesquisas sejam estimulados por essa minha entrevista.